



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

6487 - Trabalho Completo - XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (2020)

ISSN: 2595-7945

GT07 - Educação de Crianças de 0 a 6 anos

O LUGAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO PROGRAMA CRIANÇA ALFABETIZADA
 Karla Wanessa Carvalho de Almeida - UFRPE - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE
 PERNAMBUCO

O LUGAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO PROGRAMA CRIANÇA ALFABETIZADA

INTRODUÇÃO

O debate sobre alfabetização e oportunidades de aprendizagem das crianças brasileiras é uma pauta recorrente nas ações governamentais desde a ampliação do Ensino Fundamental para 9 anos, culminando posteriormente com o movimento político, o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa-PNAIC (2012). Nessa temática e seguindo os eixos basilares que orientam suas políticas educacionais de agenda estratégica, arquitetura organizacional e implantação de mecanismos de monitoramento e avaliação (MARINI E MARTINS, 2014) Pernambuco lançou em 2019 o Programa Criança Alfabetizada. O programa objetiva garantir a alfabetização de todos os estudantes da rede pública até ao final do 2º ano do Ensino Fundamental, e se constitui fruto da parceria da Secretaria de Educação do Estado com a Universidade Federal de Pernambuco. Soma-se a esse empreendimento, como parceiros, a Associação Municipalista de Pernambuco (Amupe), a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), Instituto Natura, Fundação Lemann e a Associação Bem Comum.

A organização e sistematização do material complementar de responsabilidade do Centro de Estudos em Educação e Linguagem (CEEL) segmento em: Caderno do Professor Educação Infantil – Pré-Escola e para os Anos Iniciais dos Manuais (1º e 2º ano) com seus respectivos Almanques. O material procurou integrar atividades lúdicas, de aprimoramento da leitura. Para além, disso o programa tem se apresentando como grande articulador na busca da qualidade do ensino no estado de Pernambuco, ao impactar 330 mil crianças, e possuir investimento de cerca de R\$ 50 milhões. O programa oferece material complementar e de apoio pedagógico para a alfabetização, formação continuada para gestores escolares, coordenadores pedagógicos e professores que atuam na pré-escola e alfabetização, bolsas para coordenadores e formadores municipais e avaliação de fluência para todos os estudantes do 1º e 2º anos, além do Prêmio Escola Destaque- para as unidades de ensino com bons desempenhos e apoio técnico e financeiro para as escolas com menores resultados.

Com uma estrutura organizacional padrão em muitas políticas e programas, o elemento chave que levou a adesão de 100% dos municípios pernambucanos são as mudanças na

arrecadação do ICMS. A proposta de incremento visa possibilitar que os municípios desenvolvam ações necessárias para obter bons resultados, calcula-se que o índice indicador de educação dessas cidades deve pular de 3% para 18%. Com a instituição do programa, promoveu-se o ciclo de formação das equipes técnicas municipais que ocorreu em Floresta, Sertão pernambucano. O alvo do estudo foi o material complementar de cunho pedagógico para as crianças do 1º e 2º ano. As etapas seguintes considerou a entrega dos materiais as crianças e o repasse da formação aos professores. As atividades em 2020 iniciou-se com o 1º Seminário do Programa Criança Alfabetizada, evento que objetivou discutir as atuais práticas de alfabetização e letramento na Educação Infantil e nos Anos iniciais do Ensino Fundamental. E contou com 184 prefeitos e vários representantes das secretarias municipais de educação e da iniciativa privada. Na conjuntura atípica do covid-19, suas atividades seguem em trabalho remoto de formação continuada, embora, tenham sido cortadas as bolsas para os coordenadores e formadores.

Nesse contexto, o escopo do artigo analisa os discursos presentes no Programa Criança Alfabetizada identificando em que medida, a inserção da Educação Infantil impacta o objetivo do programa – alfabetizar todas as crianças até o 2º ano. Nesse sentido, as problemáticas que sustentam a discussão aqui empreendida consistem como o “Programa Criança Alfabetizada” opera traduzindo as concepções do Currículo de Pernambuco e se materializam no material didático e nas práticas pedagógicas propostas pelo Caderno do Professor Educação Infantil Pré-Escola. Logo, em um sentido, positivo, toma-se como argumento, que os lugares e sentidos atribuídos às crianças, suas infâncias e sua educação são problematizadas no programa Criança Alfabetizadas, em perspectiva de diálogo que opera uma multiformidade de epistemologias, ludicidade, metodologias e didáticas, e tem as indicações do Currículo de Pernambuco como balizadores.

Metodologicamente o trabalho tem enfoque discursivo, explorando o sentido. Desse modo, consideram-se os pressupostos da teoria política do discurso de Laclau e Mouffe (2015). Nessa perspectiva, o discurso é concebido como “totalidade estruturada resultante da prática articulatória”, operante pela contingência- contexto no qual o discurso está inserido, em uma dinâmica relacional. Constitui-se, ainda, enquanto categoria, que une palavras e ações (MENDONÇA, 2009). Por este motivo, ao longo do artigo optamos por “prática discursiva”, visando indicar os “mecanismos pelos quais os sentidos são produzidos e como eles conferem orientação aos fenômenos sociais” (BURITY, 2008, p.42), nesse sentido buscamos conceber a dialética nesse processo.

A pesquisa possui abordagem qualitativa, tendo como instrumento de coleta de dado a análise documental. Nesse sentido, delimita-se como corpus analítico, o Currículo de Pernambuco para a Educação Infantil e seu Caderno de Orientações e o Caderno do Professor Educação Infantil Pré-Escola do Programa Criança Alfabetizada. A organização analítica ocorre em torno de “significantes” vazios, quais sejam Criança, Infância e Alfabetização. E, de “redes discursivas” nas quais os enunciados dispersos e heterogêneos em diferentes campos institucionais são estruturados a partir das discussões que os produzem. Com efeito, ao objetivo da pesquisa, elencamos: “Crianças, infâncias e alfabetização na Educação Infantil”. Recorremos na análise à infância como “categoria social, constituída por sujeitos historicamente situados” (SARMENTO, 2008, p.7), assim optamos por uma postura ontológica e política quando compreende as crianças como sujeitos de direitos.

O artigo segue estruturado por duas sessões. A primeira centraliza-se em reflexões sobre discursos e diálogos entre infância e alfabetização encontradas no Currículo de Pernambuco e no Programa Criança Alfabetizada, a luz da Teoria Política de Laclau e Mouffe. A segunda aborda as implicações desses discursos, trazendo resultados parciais. Esses por sua vez, evidenciaram que os discursos e práticas indicadas nesses documentos reafirmam um consenso sobre concepção de criança e infância e que incide distintamente no processo de educação das crianças. Embora, os discursos tanto do Currículo como do Programa Criança Alfabetizada coadunem com novos quadros interpretativos de como experimentar e oferta vivências na Educação Infantil que respeitem as múltiplas formas e expressão das infâncias,

convivem com uma terminologia que pode ser confundida com a lógica “escolarizante”, quando utilizam termos com sentidos construídos historicamente no imaginário social para Ensino Fundamental, no tocante a alfabetização. Espera-se que as discussões apreendidas de forma inicial nesse artigo fomentem e ampliem novos debates e olhares sobre o programa.

DISCURSO: DIÁLOGOS ENTRE INFÂNCIA E ALFABETIZAÇÃO NO CURRÍCULO DE PERNAMBUCO E NO “CRIANÇA ALFABETIZADA”

É no campo da discursividade que ocorrem as disputas de sentidos. Para Laclau e Mouffe (2015), o discurso é produzido a partir dos que os autores denominam de prática articulatória. Nela, os sujeitos se articulam em torno de um núcleo comum, que chamam de ponto nodal ou significante vazio. Na teoria política dos autores, estes significantes comportam um esvaziamento de seu sentido original ou particularidade, expõe antagonicamente à abundância de sentidos ao passo que indica uma falta. Estes por sua vez, possibilitam um quadro de significação gerado a partir dessa relação antagônica. O antagonismo na percepção dos autores emerge como elemento de incompletude, que na política incute as identidades coletivas ou demandas que no jogo político (relação de poder) constroem, desconstrói e reconstrói significados nas políticas ou programas educacionais.

Os sentidos dados e desenvolvidos a partir desses pontos procuram universalizar, ou no termo dos autores, hegemonomizam conteúdos de demandas particulares, desenvolvendo uma cadeia de equivalências. Nessa argumentação, a política curricular, enquanto texto é também um espaço de luta política. Nesta linha, destaca-se que tanto o texto do currículo de Pernambuco como do Caderno do Professor Educação Infantil Pré-Escola, constituem-se práticas discursivas resultantes de articulações/relações discursivas antagônicas, executada entorno de pontos discursivos estrategicamente privilegiados/nodais (LACLAU E MOUFFE, 2015), que fixaram parcialmente e precariamente sentidos. Assim, ao estabelecer práticas discursivas, o texto político constrói uma formação discursiva hegemônica, porém de caráter parcial. A hegemonia, nesse cenário, é o mecanismo pelo qual se tomam decisões, que resulta em rearticulações contingentes. Assim a política enquanto discurso, tem seu o sentido num sistema de relações antagônicas (dialética que se estabelece entre a lógica da diferença e a lógica da equivalência).

É oportuno assinalar que, embora cada vez mais tenham se acentuado os questionamentos no campo da infância, os modos como vêm sendo pensada a criança e sua infância, o lugar das infâncias nos processos institucionalizados, ainda suscita questionamentos em como organizar o processo de educação /escolarização oferecida a elas. São comumente encontradas nas instituições, práticas pedagógicas e cotidianas estruturadas, que pouco possibilita o protagonismo das crianças na construção do conhecimento e de sua aprendizagem, desconsiderando as especificidades da infância e moldando-as a um produto de ideal social, apesar das modificações e ressignificações do entendimento de criança, de infância e de Educação Infantil encontradas nas políticas educacionais.

Na tentativa de superar e desmistificar os resquícios dessa concepção, o lugar atribuído às crianças e suas infâncias dentro do currículo e do programa, tomam a escuta, os espaços de aprendizagens partilhados e as experiências como delineadores das formas de ser criança. O que alcança ressonância em Kohan (2003), quando dispõe que a educação para as crianças pequenas deve permitir o convívio de múltiplas faces de viver a infância, longe de pretensões unificadoras. Nesse sentido, não se vincula com a ideia de um vir a ser (adulto), pois reconhece a criança como sujeito histórico e social e de direitos, no tempo presente.

Pode-se afirmar que tanto no Currículo quanto no programa Criança Alfabetizada essa modelagem de ideal não é premissa, embora o Caderno do Professor Educação Infantil Pré-Escola seja destinado ao eixo de alfabetização, a concepção que sustenta os discursos tem fundamento na Sociologia da Infância, as crianças são vista como “sujeito potente de fala, da

ação, que interage com cultura interpretando-a e recriando-a” (CPEIPE, 2019, p.33). O trabalho no eixo de alfabetização sustenta-se nos pressupostos da Psicogênese da Língua Escrita a partir de Ferreiro e Teberosky que colocam a apreensão da escrita como construção conceitual feita pela criança. Contudo, contrários a treinamentos psicomotores repetitivos e mecânicos de consciência fonêmica no processo de fonetização da escrita. Desse modo, a defesa fica a cargo da tríade “ler, escrever e brincar” que implica em conduções de práticas pedagógicas que auxiliem as crianças a prestarem atenção nas palavras no momento que escrevem. Nesse contexto, ressaltam a diversidade de situações que envolvem a “escrita das e com as crianças”, experiências com leitura incorporadas em suas rotinas de brincadeiras e jogos simbólicos.

PRÁTICAS DISCURSIVAS: ENTRE EXPERENCIAR E ALFABETIZAR

Quando analisados os documentos a partir dos significantes vazios (criança/ infância e alfabetização) percebe-se que os significados expressos compartilham uma estruturação de sentidos que visa apreender em sua cadeia de equivalências as disposições políticas hegemônicas na política do currículo, e que chegam ao material do “Criança Alfabetizada” como peça significativa de textualidade provida de realidade significativa, ou seja, a construção do sentido, decorre em certa medida de interpretações dos discursos postas no Currículo, mas se difere quando, a dimensão normativa do programa tenta superar a aparente dicotomia entre alfabetização e letramento. No entanto, enquanto construção discursiva observa-se que o nome do programa sugere um trabalho com foco na alfabetização, também na Educação Infantil. Historicamente, este tem sido um entrave, já que não cabe a EI alfabetizar crianças. Para um trabalho de desmistificação, o programa optou pelo bloco de sentido, qual seja “trabalho no eixo de alfabetização”. Essa estrutura discursiva comporta antagonicamente experiências escolares que preservam a infância, esta, compreendida nas diversas formas de viver as relações de conhecer e aprender com e na a natureza.

Nesse sentido, as indicações pedagógicas realizadas no Caderno do Professor- Pré Escolar, em análise, triangula epistemologias (Sociologia da Infância, Psicologia e Psicogênese da Língua Escrita), metodologias e avaliação somativa. A operacionalização pedagógica propõe atividades que priorizam um trabalho voltado para a Consciência Fonológica. Dito isso, espera-se que crianças estabeleçam algumas conexões entre a escrita e segmentos sonoros, percebendo que os formatos das letras variam em diferentes suportes e situações. Isso permitiria então, a construção pelas crianças que as letras são substitutas dos sons das palavras. A grande marca são as palavras estáveis presentes em varias situações da rotina de forma contextualizada, funcional e significativa em interações comunicativas. E desse modo, contribuiria com o objetivo geral do programa de alfabetizar todas as crianças até o 2º ano do Ensino Fundamental.

As propostas e encaminhamentos sugeridos pelo programa no eixo de alfabetização são balizados não apenas por habilidade ou conteúdos, mas a partir de um processo interdisciplinar que considera a ludicidade, o corpo e as múltiplas linguagens de se expressar e aprender, assim como já indicava Kramer (2003). Implicam também, na problematização e mediações realizadas, a fim de proporcionar ações pedagógicas e possibilidades de experiências no Estado (PE) que concilie aprender, brincar e interagir, sedimentando sua concepção de criança, infância e processo pedagógico voltado para a escrita. Assim as possibilidades de repensar a prática desde a rotina diária a organização do planejamento focam nas reais necessidades das crianças, em perspectiva integral, envoltos em conhecimentos e afetos, saberes e valores; cuidados e atenção; seriedade e riso. (KRAMER, 2007).

Portanto, tanto no currículo de Pernambuco e no PAC, os significantes infância e alfabetização deslocam a posição do olhar sobre a criança, as infâncias, e inauguram um olhar para a alfabetização de criança na Educação Infantil buscando integrar os eixos de letramento

e alfabetização como face de um mesmo processo de apropriação, no qual experimentar também esta posto para a aquisição da escrita. Portanto, o lugar da Educação no programa é esse, de contribuir com experiências escritas via análise fonológica.

CONCLUSÃO

O discurso tecido no caderno de Educação Infantil ressignifica o termo alfabetização mobilizando campos epistemológicos das infâncias e do letramento. A ressignificação incute práticas pedagógicas no aspecto de Consciência Fonológica e investe nos aspectos lúdicos e da rotina institucional do Pré-Escolar, sem se revestir de um procedimento engessado e prescritivo, ou de mera reprodução. No campo dos interesses privados, essa construção de alfabetização na Educação Infantil proposta pelo Programa Criança Alfabetizada, permite que parceria com o setor privado se efetive. Em uma via de mão dupla, a estrutura e o discurso construído pelo programa possibilitam ao setor privado investimentos nesse segmento de Educação Básica, ao passo que projeta o programa como uma das mais relevantes experiências de políticas na área em Pernambuco.

Os discursos do programa impõem novas possibilidades de organização tanto das práticas na Educação Infantil quanto nos Anos Iniciais (1º e 2º ano). Para o alcance nas práticas dos professores, o documento se utiliza de exemplos reais, no sentido de mobilizar interações com a escrita e suas convenções de modos contextualizados. Para abarcar sentidos articulados por contingência, evidencia a organização de intervenções pedagógicas integradas de reflexão sobre a língua em condução de sequências didáticas e projetos didáticos. De modo, geral, afirma-se que o “Criança Alfabetizada”, dotado como política pública, torna-se o mecanismo que alcança todas as redes e sistemas de ensino no Estado de Pernambuco no que tange aos processos pedagógicos desenvolvidos desde a pré-escola ao 2º ano.

REFERÊNCIAS

BURITY, Joanildo Albuquerque. Discurso, política e sujeito na teoria da hegemonia de Ernesto Laclau. In: MENDONÇA, Daniel de; RODRIGUES, Léo Peixoto (Orgs.). Pós Estruturalismo e Teoria do Discurso: em torno de Ernesto Laclau. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008, p. 35-51.

CORSARO, W. A. Sociologia da Infância. Tradução: Lia Gabriele Regius Reis. Porto Alegre: Artmed, 2011.

KRAMER, Sonia. Direitos da criança e projeto político pedagógico de educação infantil. In: CAVALIERE, Bazílio; KRAMER, Sônia. Infância, Educação e Direitos Humanos. São Paulo: Cortez, 2003. p. 51-81.

KRAMER, Sonia. A infância e sua singularidade. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Ensino Fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade, 2007.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical. São Paulo: Intermeios; Brasília: CNPq, 2015. (coleção Contrassensos). Tradução de Joanildo A. Burity, Josias de Paula e Aécio Amaral.

MARINI, C.; MARTINS, H. F. Todos por Pernambuco em tempos de governança: conquistas

e avanços. Secretaria de Planejamento e Gestão do Governo do Estado de Pernambuco. Recife, PE, 2014. Disponível em: Acesso em: 10 jul. 2019.

MENDONÇA, Daniel de. A teoria do discurso de Laclau e Mouffe: em direção à noção de significante vazio. In: Barbarói: Santa Cruz do Sul –RS: Edunisc, n. 18, p. 55-71, jan/jun. 2003.

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação e Esportes. Leitura e escrita com crianças de 4 e 5 anos: caderno de meditações pedagógicas: manual do professor / Secretaria de Educação e Esportes; elaborado por: Ana Carolina Perrusi Brandão...[et al.]; organizadoras: Ana Carolina Perrus Brandão, Ester Calland de Sousa Rosa. – Recife: A Secretaria, 2020. Disponível em:< <http://www.educacao.pe.gov.br/portal/upload/galeria/22381/CADERNO%20DE%20ED%20IN> Acesso20. Jul. 2020.

PERNAMBUCO. Lei nº 16.617 de 15 de julho de 2019. Institui o Programa Criança Alfabetizada. ALEPE, Recife, 2019. Disponível em: Acesso20. Jul. 2020.

PERNAMBUCO. Currículo de Pernambuco. Disponível em: Acesso20. Jul. 2020.

PINTO, M. A.; SARMENTO, M. J. As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo. In: PINTO, M.A., SARMENTO, M.J. (Orgs.). As crianças: Contextos e Identidades. Braga, Portugal: Centro de Estudos da Criança – Universidade do Minho, 1997.

Palavras-chave: Criança Alfabetizada. Infância. Educação Infantil. Discurso. Concepção.